

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2020

ROSANA TEREZA MARTINELLI, Prefeita do Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL** nomeada pela Portaria nº 0876/2020 de 14 de agosto de 2020 e **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL- 6ª SUBSEÇÃO SINOP/MT**, mediante Notificação Recomendatória 007/2020 da 4ª Promotoria de Justiça Cível de Sinop/MT, TORNA PÚBLICO, aos interessados o **EDITAL COMPLEMENTAR 001/2020**, conforme abaixo discriminado:

1. ACRESCENTA PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL AOS CARGOS DE PROCURADOR JURÍDICO

1.2. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO

1.2.1. A prova prática para Procurador será discursiva, de caráter eliminatório e classificatório. Consistirá em uma peça profissional e três questões dissertativas.

1.2.2. Critérios de avaliação da prova discursiva:

1.2.3. A prova discursiva consiste na elaboração de uma peça jurídica contendo até 70 (setenta) linhas, com valor de 70 (setenta) pontos e três questões discursivas no valor 10 (dez) pontos cada uma, que versará sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo e Lei Orgânica do Município de Sinop/MT, conforme conteúdo programático constante no **anexo I** deste edital complementar.

1.2.4. A prova será avaliada na escala de 0 a 100 pontos e terá caráter eliminatório e classificatório.

- a) Será habilitado o candidato que obtiver pontos igual ou superior a 60 (sessenta).
- b) Será atribuída nota zero à peça jurídica que contiver menos de 20 (vinte) linhas.
- c) Serão desconsideradas as informações que ultrapassarem o limite de linhas estabelecido.
- d) Será atribuída nota zero a prova que fugir do tema proposto ou com identificação.
- e) Será atribuída nota zero ao candidato que identificar a prova.
- f) Não será corrigida a prova discursiva do candidato que não alcançar a nota de corte na prova objetiva;

1.2.5. O candidato não habilitado será excluído do concurso.

1.2.6. Na correção da prova discursiva, serão analisados o nível de conhecimento da matéria, a técnica de redação, exposição e a correção no uso do vernáculo, observadas a adequação do conteúdo à questão proposta, a pertinência e a relevância dos aspectos abordados.

1.2.7. Serão analisados, ainda, a organização do texto, o domínio do léxico e a correção gramatical. A prova destina-se a avaliar o domínio do conhecimento jurídico e da prática processual, o desenvolvimento do tema na estrutura proposta, a adequação da Linguagem, a articulação do raciocínio jurídico e a capacidade de argumentação, de acordo com o conteúdo programático constante em edital.

1.2.8. A prova prática profissional terá duração de 4 (quatro) horas e será aplicada no mesmo local em período inverso (contraturno) em referência àquele que foi aplicado a prova objetiva, ou seja do dia 22 de novembro de 2020, às 14:00.

1.2.9. Será autorizado como material de consulta apenas legislação sem comentários e anotações (“leis secas”).

1.2.10. Será permitido o candidato levar o caderno de prova 03 (três) horas após o início da prova.

2. RETIFICA-SE:

2.1. ONDE SE LIA:

15. RESULTADO FINAL

15.1. O resultado final do Concurso Público, está previsto para ser divulgado até o dia **18 de dezembro de 2020**, a partir das 17h, mediante edital, publicado nos endereços eletrônicos www.metodoesolucoes.com.br, <https://www.sinop.mt.gov.br> e <https://www.tce.mt.gov.br/diario>.

2.1.1: LEIA-SE:

15. RESULTADO FINAL

15.1. O resultado final do Concurso Público, está previsto para ser divulgado até o dia **06 de janeiro de 2021**, a partir das 17h, mediante edital, publicado nos endereços eletrônicos www.metodoesolucoes.com.br, <https://www.sinop.mt.gov.br> e <https://www.tce.mt.gov.br/diario>.

2.2. ONDE SE LIA:

Data	Eventos
11/09/2020	Publicação Edital do Concurso
14 a 18/09/2020	Prazo para impugnação ao Edital
23/09/2020	Publicação das respostas as impugnações ao Edital
24/09 a 22/10/2020	Período das inscrições
24 a 25/09/2020	Data de pedido de isenção de taxas
30/09/2020	Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, deferidas e indeferidas
01 a 02/10/2020	Prazo para recurso da divulgação ao pedido de isenções de taxas
07/10/2020	Divulgação do resultado dos recursos das isenções de taxa
23/10/2020	Último dia para pagamento da taxa de inscrição via boleto bancário.
28/10/2020	Publicação da Relação dos inscritos
29 a 30/10/2020	Prazo para recurso contra a relação dos inscritos
04/11/2020	Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos
04/11/2020	Publicação do Edital da Homologação das Inscrições
09/11/2020	Publicação do Edital Complementar – Local de provas
22/11/2020	Prova objetiva e de Títulos
23/11/2020	Publicação do gabarito preliminar da Prova Objetiva
24 a 25/11/2020	Prazo de recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva
07/12/2020	Divulgação da decisão dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva Divulgação do resultado preliminar da Prova de Títulos.

	Divulgação do gabarito oficial da Prova Objetiva
08 a 09/12/2020	Período de recurso contra o resultado preliminar da prova de Títulos.
14/12/2020	Divulgação da decisão dos recursos contra o resultado preliminar da prova de Títulos; Divulgação do resultado preliminar dos aprovados e classificados no Concurso Público 001/2020.
15 a 16/12/2020	Período de recurso contra o resultado preliminar dos aprovados e classificados no Concurso Público 001/2020.
18/12/2020	Divulgação do resultado dos recursos contra o resultado preliminar do concurso Público.
18/12/2020	Previsão de divulgação do resultado Final do Concurso Público de Sinop/MT.
21/12/2020	Homologação do Resultado Final do Certame

2.2.1: LEIA-SE:

Data	Eventos
11/09/2020	Publicação Edital do Concurso
14 a 18/09/2020	Prazo para impugnação ao Edital
23/09/2020	Publicação das respostas as impugnações ao Edital
24/09 a 22/10/2020	Período das inscrições
24 a 25/09/2020	Data de pedido de isenção de taxas
30/09/2020	Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, deferidas e indeferidas
01 a 02/10/2020	Prazo para recurso da divulgação ao pedido de isenções de taxas
07/10/2020	Divulgação do resultado dos recursos das isenções de taxa
23/10/2020	Último dia para pagamento da taxa de inscrição via boleto bancário.
28/10/2020	Publicação da Relação dos inscritos
29 a 30/10/2020	Prazo para recurso contra a relação dos inscritos
04/11/2020	Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos
04/11/2020	Publicação do Edital da Homologação das Inscrições
09/11/2020	Publicação do Edital Complementar – Local de provas
22/11/2020	Prova objetiva, Títulos e Prática
23/11/2020	Publicação do gabarito preliminar da Prova Objetiva
24 a 25/11/2020	Prazo de recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva
07/12/2020	Divulgação da decisão dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva Divulgação do resultado preliminar da Prova de Títulos. Divulgação do gabarito oficial da Prova Objetiva

08 a 09/12/2020	Período de recurso contra o resultado preliminar da prova de Títulos.
14/12/2020	Divulgação da decisão dos recursos contra o resultado preliminar da prova de Títulos; Divulgação do Espelho da Prova Prática; Divulgação do resultado preliminar da Prova Prática;
15 a 16/12/2020	Período de recurso contra o resultado preliminar da Prova Prática.
21/12/2020	Divulgação do resultado dos recursos contra o resultado preliminar da Prova Prática. Divulgação do resultado preliminar dos aprovados e classificados no Concurso Público de Sinop/MT.
22 e 23/12/2020	Período de recurso contra o resultado preliminar dos aprovados e classificados no Concurso Público de Sinop/MT.
06/01/2021	Divulgação do Resultado Final do Concurso Público de Sinop/MT. Homologação do Resultado Final do Certame

Registre-se, Publique-Se e Cumpra-Se.

Sinop - MT, 14 de outubro de 2020.

Rosana Tereza Martinelli
Prefeita

ANEXO I

Conteúdo Programático para Prova Prática de Procurador Jurídico

Direito constitucional 1. Constitucionalismo e teoria da constituição. 2. Constituição e Neoconstitucionalismo. 3. Poder Constituinte. 4. Emendas Constitucionais. 5. Organização do Estado. Estado de Direito Democrático. 6. Federação. Origens. A Federação Brasileira. Competências legislativas dos entes federados - Autonomia financeira, administrativa e política dos entes federados. 7. Evolução político-constitucional brasileira. As Constituições Brasileiras. 8. Normas Constitucionais: Hermenêutica e Filosofia Constitucional. Métodos de Interpretação. Aplicabilidade e Eficácia. 9. Mutações Constitucionais. 10. Reforma e Revisão Constitucional. 11. Normas Constitucionais. 12. Controle da constitucionalidade. Controle da constitucionalidade Difuso. Controle da constitucionalidade Abstrato. Controle da Constitucionalidade em âmbito estadual. A Constituição do Estado de Mato Grosso como parâmetro para o Controle de Constitucionalidade. 13. Processo legislativo. Processo legislativo e reforma constitucional. 14. Intervenção Federal e Estadual. 15. Poder Legislativo. 16. Poder Executivo. 17. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 18. A Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. 19. Ministério Público. 20. Direitos Fundamentais. Tratados e convenções internacionais. 21. Direitos sociais e coletivos. 22. Ações constitucionais. 23. Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais Coletivos. 24. Direitos de cidadania. Direito de sufrágio. Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular. 25. Garantias Fundamentais. 26. Princípios de Defesa na Constituição Federal. 27. Princípios constitucionais da Administração Pública. 28. Poder Judiciário. 29. A Emenda Constitucional nº 45. 30. Funções essenciais da Justiça. Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública. 31. Poder Judiciário. Direitos, garantias e deveres da Magistratura. O Estatuto da Magistratura. Atividade correcional. 32. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O controle difuso de constitucionalidade. Mandado de Injunção. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva. 33. Supremo Tribunal Federal. Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Tribunal Superior Eleitoral. Tribunais Regionais e Juízes Federais. 34. Poder Judiciário. Tribunais e Juízes estaduais. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Disciplina do Poder Judiciário na Constituição Mato-grossense. O controle de constitucionalidade dos atos estaduais e municipais. 35. Ordem Econômica e Financeira. Disciplina da Ordem Econômica na Constituição Paulista. 36. Tributação e Orçamento. Sistema tributário nacional e finanças públicas. 37. Ordem Social. Educação e Cultura. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Direito à Proteção Especial. Índios. 38. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal 39. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Direito administrativo: 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2. Princípios Constitucionais da Administração Pública. 3. Função pública. Conceito. Divisão de competências. Delegação e avocação de competências. 4. Poder de Polícia. Limites e Fundamentos. Adoção de mecanismos consensuais no exercício do poder de polícia. Termos de ajuste de conduta administrativos. Termos substitutivos de sanção. Limites à delegabilidade do poder de polícia. 5. Ato administrativo. Elementos, requisitos, espécies. Controle formal e controle de mérito do ato

administrativo. 6. Processo Administrativo. – A processualidade administrativa. O processo administrativo como instrumento de ação administrativa. Princípios do processo administrativo. Finalidades do processo administrativo. Leis gerais de processo administrativo. Mecanismos de controle do processo administrativo. Procedimentos em espécie. 7. Bens públicos. Natureza jurídica. Bens públicos no Código Civil. Aplicação do regime público a bens do domínio privado. Espécies de bens públicos. Inalienabilidade, impenhorabilidade, imprescritibilidade dos bens públicos. Afetação e desafetação. Aquisição e alienação de bens públicos. Diferentes tipos de uso. Uso privativo pelo particular. Concessão, permissão e autorização de uso. Concessão de direito real de uso. 8. Discricionariedade: limites e fundamentos. Abuso e desvio de Poder. 9. Contratos Administrativos. Teoria Geral do Contrato Administrativo. Contratos Administrativos e Contratos da Administração. Convênios Administrativos. Formação, execução, alteração e extinção dos contratos administrativos típicos. Equilíbrio econômico financeiro dos contratos: conceito, fundamento e hipóteses. 10. Consórcios Públicos. Natureza jurídica, requisitos e procedimento de formação e extinção. Contratos de Programa. Contratos de Rateio. 11. Licitação. Fundamento constitucional. Inexigibilidade e Dispensa. Modalidades. Pregão. Regime Diferenciado de Contratação. Tipos de licitação. Fases do procedimento licitatório. 12. Serviços públicos. Conceito. Regime jurídico. Regime tarifário. Serviços públicos em regime de exclusividade e em regime de competição. Regulação de serviços públicos. Regime dos bens afetos à prestação de serviço público. Serviços públicos e serviços sociais. Serviços públicos e atividade econômica. 13. Concessão e permissão de serviços públicos. Conceitos. Modalidades de concessão. Concessões comuns, patrocinadas e administrativas. Reversibilidade de bens. Modalidades de extinção de concessões. Direitos dos concessionários e direitos dos usuários. 14. Parceria público privada. Conceito e modalidades. Regime jurídico. Contraprestação pecuniária e aporte. Requisitos. Regime de garantias. Atividades delegáveis e indelegáveis por meio de parcerias. 15. Estrutura da Administração Pública. Administração Direta e Administração Indireta. Órgãos e entes públicos. Princípios da Administração Indireta. Controle hierárquico. Empresas estatais: espécies e diferenças. Regime jurídico e governança das empresas estatais. Controle dos entes da Administração Indireta. 16. Agências reguladoras. Conceito. Regime Jurídico. Competências. Controle dos atos das agências. 17. Fundações Públicas. Natureza jurídica e regime jurídico. Fundações governamentais de direito público e de direito privado. Fundações de apoio. 18. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade civil, extracontratual ou aquiliana do Estado. Panorama teórico e evolutivo da responsabilidade civil do Estado: a importância da jurisprudência francesa. Responsabilidade objetiva na Constituição. Causas excludentes e atenuantes. A reparação do dano: a relevância dos aspectos processuais. 19. Organização funcional: cargos, empregos e funções públicas. Servidores públicos. Regime jurídico único. Direitos e obrigações. Processos Disciplinar. Regimes jurídicos funcionais. Regime de previdência do servidor público: aspectos constitucionais. 20. Desapropriação. Hipóteses. Desapropriação indireta. Desapropriação por zona. Desapropriação urbanística. Promoção de atos expropriatórios pelos particulares: hipótese e requisitos. Efeitos do decreto e utilidade pública. Destinação dos bens desapropriados. Hipóteses de desapropriação punitiva. Desapropriação por acordo e judicial: diferenças. Desapropriação de bens públicos de outro ente da federação. Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941. 21. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico: servidão, requisição, ocupação temporária, tombamento e limitações administrativas. 22.



Responsabilidade administrativa, civil e criminal do agente público. 23. Improbidade administrativa: (Lei nº 8.429/1992). 24. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). 25. Controle da Administração Pública. Espécies de controle. Controle interno e externo. Controle parlamentar, judicial, social e pelos Tribunais de Contas. Controle de legalidade e de economicidade. Controle operacional. Competências cautelares e sancionatórias dos órgãos de controle. Lei anticorrupção (Lei nº 12.846/13) 26. Mandado de Segurança, Ação Popular e Ação Civil Pública. 27. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal 28. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. 29. Lei de Saneamento Básico (Lei 11.445/07).

Lei Orgânica do Município – LEI ORGÂNICA Nº 1, de 05 de abril de 1990, Legislação pode ser encontrada no link: <https://leismunicipais.com.br/camara/mt/sinop>.